

Favelas na Primeira República: tentativas de remoção e resistência¹

Romulo Costa Mattos²

O desconhecimento da história da resistência dos moradores das favelas nas primeiras décadas do século XX se relaciona, em grande parte, ao pensamento de que as favelas só passaram a despertar a atenção dos governantes – e, assim, a fazer parte do debate sobre a cidade – na chamada Era Vargas (1930-1945), o que contestamos neste artigo.³ Para realizar este trabalho, lançamos mão de pesquisa sistemática das edições do *Correio da Manhã*, de 1901 a 1930. Não obstante, nos contextos em que o tema das favelas esteve em evidência no espaço público – conjunturas essas identificadas na leitura daquele jornal –, consultamos todas as publicações que circulavam na capital, das quais citaremos neste artigo as revistas *Careta*, *O Malho*, *Para Todos* e *Renascença*, além dos diários *Jornal do Brasil* e *Tribuna*.

Iniciando nossa análise, desde o início do século XX, certos morros que tiveram suas construções demolidas pelos poderes públicos voltaram a ser ocupados pelos trabalhadores, sendo esse o primeiro tipo de resistência praticado pelos habitantes das favelas no período da Primeira República. Abreu⁴ apresentou as sucessivas demolições e reparações da favela construída no morro de Santo Antonio, no centro da cidade. Removida pela primeira vez em 1901, ela retomou o seu antigo lugar durante as reformas urbanas de Pereira Passos e Rodrigues Alves (1902-1906). Em 1910, muitas casas foram demolidas, com a diferença de que, dessa vez, os moradores receberam autorização das autoridades públicas para erguerem novas construções no morro do Telégrafo, na zona norte. Mas as formas habitacionais denominadas na época como “barracos” e “casebres” reapareceram naquela colina pouco tempo depois, tendo sido os seus moradores surpreendidos por um incêndio provavelmente criminoso e de consequências trágicas, em 1916. Três anos depois, em 1919, os jornalistas se surpreenderam ao constatar que as encostas do morro de Santo Antonio estavam novamente favelizadas.

¹ Uma versão ampliada deste texto foi publicada no idioma inglês: MATTOS, Romulo Costa Mattos. Shantytown Dwellers Resistance in Brazil's First Republic (1890-1930): Fighting for the Right of the Poor to Reside in the City of Rio de Janeiro. *International Labor and Working Class History*, v. 83, p. 54-69, 2013.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

³ Essa noção foi difundida, principalmente, por meio de dois estudos pioneiros: SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais). “Aspectos humanos da favela carioca”. *Suplemento especial do Estado de São Paulo*. 13 e 15 de abril de 1960; PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro – evolução, sentido*. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.

⁴ ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro. *Espaço & Debates*, São Paulo, v.14, n. 37, 1994. p. 51.

Podemos verificar esse padrão de resistência, ao menos parcialmente, na ocupação inicial do morro da Providência, em 1893. Após a demolição do cortiço Cabeça de Porco, que se localizava próximo à Central do Brasil, um grupo de ex-moradores foi autorizado pela prefeitura a levar consigo ripas de madeira – muitos quartos ali se assemelhavam aos “barracões” das futuras favelas. Os desalojados caminharam poucos metros até a referida colina, onde levantaram novas moradias. Começava assim a história das favelas no Rio de Janeiro.⁵ Outra forma de resistência empregada pelos moradores das favelas no processo mais amplo das reformas urbanas foi o acionamento da Justiça. Em sua pesquisa sobre a Justiça Sanitária – órgão que funcionou entre 1904 e 1914 na capital da República –, Queiroz encontrou uma autuação de manutenção de posse realizada, em 1907, por Antonio Izidoro Gonçalves, morador da Rua Dr. Rego Barros, no morro da Favela (nome pelo qual passou a ser conhecido o já citado morro da Providência). Em tal documento, o requerente se dizia “*surpreendido com um Edital da Diretoria Geral da Saúde Pública da 5ª Delegacia de Saúde intimando-o a despejar o prédio afim de depois ser demolido*”.⁶

Os habitantes do morro de Santo Antonio também lutaram pelo direito à cidade através da via judicial. Em 1911, o “advogado dos operários” Evaristo de Moraes foi procurado por uma comissão de moradores da colina, que se opunha à ordem de despejo enviada pela Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP). Essa possível união entre Evaristo e a população da mencionada favela foi denunciada por setores da grande imprensa como um indício de conspiração contra o governo federal.⁷ Já em 1916, a remoção dos habitantes do morro teve sua execução adiada devido ao recurso à Justiça; no entanto, três meses depois as suas casas foram destruídas no trágico incêndio mencionado neste trabalho.⁸ Note-se que, nesses dois últimos casos, temos a indicação de lutas coletivas organizadas – diferentemente do que sugere a documentação referente ao morro da Favela, coligida por Queiroz.

Pode-se dizer que o tipo de resistência que mais assustava os governantes era o protesto dos moradores das favelas nas ruas da cidade. A população do morro da Favela passou a despertar ainda mais a atenção dos governantes após a sua expressiva participação na Revolta da Vacina (1904), amplamente noticiada nos jornais. Nesse sentido, não foi mera coincidência o fato de um agente da prefeitura ter enviado ao prefeito Pereira Passos, já em dezembro de 1904 – ou seja, no mês seguinte ao conflito–, “*uma ligeira relação dos principais donos de terrenos do*

⁵ VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 2, jan./ abr. 1986. . 35.

⁶ QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça Sanitária – Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária – Rio de Janeiro (1904-1914)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 16.

⁷ MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense: Departamento de Pós-Graduação em História, 2008. p. 170-178.

⁸ ABREU, *op. cit.* p. 41.

morro da Providência, na parte conhecida pelo vulgo de: ‘morro da Favela’”.⁹ Tais habitantes se manifestaram publicamente ante a iminência da demolição de suas casas, pelo menos, em duas oportunidades: 1907 e 1927.

Abordaremos, primeiramente, o episódio ocorrido em 1927, quando o urbanista francês Alfred Agache foi contratado pela prefeitura para elaborar um projeto de remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro. Após o especialista do espaço urbano ter anunciado o objetivo de erradicar as favelas na cidade, os moradores do morro da Favela promoveram passeatas visando à permanência em suas moradias.

Uma charge publicada na revista *O Malho*, em 23 de julho de 1927, simulava um diálogo entre o presidente Washington Luís e o prefeito Prado Junior, no alto da citada colina: “Prado – E aquela passeata lá no morro da Favela? [...] Washington – Não quero saber mais dela, não quero saber mais dela”.¹⁰ O texto que acompanhava o desenho procurava codificar a sua mensagem, ao dar a entender que as manifestações estariam acontecendo no morro da Favela e não nas ruas da cidade – o que não faria sentido, pois um protesto no alto da colina não seria visto por ninguém além dos próprios moradores.

O título da charge, “Nunca mais!”, sugeria que os políticos estariam ansiosos por concretizar a demolição das casas do morro, pois essa seria uma forma de acabar, para sempre, com a agitação de sua população. Além de certos cronistas terem manifestado simpatia à causa da população do morro da Favela, considerando-o uma “tradição” da cidade,¹¹ o sambista Sinhô compôs canções por meio das quais discordava das intenções do urbanista e da prefeitura, como também promovia um discurso positivo sobre a localidade.¹²

Tendo como pano de fundo o contexto de intensificação do processo de busca valorização da identidade nacional e da chamada “cultura popular”, na década de 1920, os habitantes da colina dispunham de uma rede social mais sólida, constituída por intelectuais e artistas populares que tinham acesso privilegiado ao espaço público. Em resumo, o morro da Favela permaneceu ocupado pela classe trabalhadora e o chamado Plano Agache, publicado em 1930, foi engavetado devido ao alto custo financeiro de suas propostas e às transformações políticas desencadeadas pela Revolução de 1930.

O outro episódio de resistência protagonizado pelos moradores do morro da Favela, identificado em nossa pesquisa, ocorreu em 1907, conforme havíamos afirmado. A notícia mais antiga do evento remonta a uma reunião ocorrida no dia 18

⁹ AGCRJ. Códice 46-3-45, fl. 09.

¹⁰ Nunca mais! *O Malho*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1927.

¹¹ BOMFIM, Annibal. Descobrimo a Favela: habitações sórdidas descobrimo paisagens maravilhosas. *Para Todos*, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1927.

¹² MATTOS, Romulo Costa. Samba, habitação popular e resistência: uma reflexão sobre A Favela vai abaixo, de Sinhô. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Livros vermelhos. Literatura, militância e trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2010. p. 37.

de abril daquele ano, à qual estiveram presentes o delegado Dr. Tamborim – que representou o chefe da Polícia Alfredo Pinto –, o general Mendes de Moraes – que compareceu à conferência em nome da polícia militar –, o diretor-geral de Saúde Pública Oswaldo Cruz e o prefeito Souza Aguiar. Segundo o *Jornal do Brasil*, nessa ocasião, as autoridades decidiram pelo “*completo saneamento dos morros desta Capital*”.¹³

Em primeiro lugar, cabe o adendo de que, de acordo com a retórica sanitarista, “sanear” um morro significava demolir as suas habitações, tidas como insalubres. Em segundo, vale lembrar que o Dr. Tamborim era delegado da nona circunscrição, que cobria o bairro da Gamboa e, logo, o morro da Favela. Esse fato nos leva a supor que os moradores da colina foram o principal assunto abordado em tal reunião, embora todos os morros ocupados pela classe trabalhadora estivessem na mira dos poderes públicos. A preocupação com o morro da Favela se explicava pela ideia de que ele seria, no entender de intelectuais e jornalistas, o principal território das “classes perigosas” – conceito que na prática colocava os pobres como perigosos¹⁴ – no Rio de Janeiro. Contribuindo para a sua má fama, essa colina se localizava na região portuária, estigmatizada como um espaço incivilizado, por concentrar o maior percentual de negros da capital – embora os mesmos não chegassem a constituir maioria numérica em nenhuma freguesia da cidade.¹⁵

Os primeiros resultados daquela reunião podem ser vistos na revista *O Malho*, de 04 de maio de 1907. Na charge intitulada “Que tais, os da Favela?”,¹⁶ a conversa entre um casal negro insinuava que a DGSP ordenara o despejo dos moradores do morro da Favela, em um prazo de 20 dias, a pedido da polícia:

- De onde não se espera d’ái é que vem: foi o chefe de polícia que pediu o prazo para a nossa mudança do morro da Favela; e a Higiénica deu vinte dias...”.- Vá à fava, ela! Pois então vinte dias é tempo que chegue p’ra gente encontra casa?! Só si fô p’ra nois nos mudá p’ras obras do palácio da mitra, que o governo compro prú oitocentos e tantos conto!...¹⁷

Nesse trecho, não podem passar despercebidas a crítica aos gastos excessivos dos poderes públicos e a ironia à linguagem dos trabalhadores, que passava longe da norma culta do idioma português. Esse tipo de deboche em relação à classe trabalhadora era uma constante na grande imprensa da Primeira República, o que contribuía para deslegitimar politicamente sua visão de mundo e suas reivindicações cotidianas. Seja como for, a população do morro parece não ter

¹³ Saneamento dos Morros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1907.

¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 22.

¹⁵ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trápiche e Café, Rio de Janeiro, 1905- 1930. *Afro-Ásia*, n. 24, Salvador, UFBA, 2000. p. 277.

¹⁶ Que tais, os da Favela? *O Malho*, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1907.

¹⁷ Idem.

respeitado esse prazo de vinte dias. No dia 1º de junho de 1907, os jornais noticiaram que o diretor-geral de Saúde Pública Oswaldo Cruz ordenara o despejo dos moradores do morro da Favela em apenas 10 dias. Ao escrever sobre o assunto, o *Correio da Manhã* aliou a retórica da segurança à da saúde pública: agora que o morro seria “saneado devido à demolição dos casebres e bibocas, os seus moradores busca[va]m aproveitar os últimos momentos de uma permanência prejudicial à ordem pública”.¹⁸ O cruzamento desses dois discursos (o da segurança e o da saúde pública) era comum em relação aos cortiços, desde meados do século XIX. A diferença é que, após as reformas urbanas, as favelas se tornaram a principal representação de moradia popular, tendo passado a ocupar um lugar nas discussões sobre a cidade que pertencia aos cortiços.¹⁹ O curioso é que, no dia seguinte, os profissionais daquele mesmo jornal adotaram um discurso mais tolerante e passaram a tratar os habitantes das favelas como vítimas indefesas da modernidade.

Uma visita da equipe do *Correio da Manhã* ao Morro da Babilônia ganhou as duas primeiras páginas da edição dominical:

A montanha povoa-se. É a caridade da terra... assim vai a pobreza recuando para as eminências, abrigo-se nos cerros, repelida pela Grandeza, pelo fausto arrasador das casas humildes, pelo Progresso que não consente da permanência de um pardieiro no coração da cidade. A montanha abre o seu manto verde e acolhe os pobrezinhos como os santos no tempo suave dos eremitas.²⁰

Nesse trecho, fica evidente a percepção das transformações advindas da tentativa de aburguesamento da cidade. Em 1907, a grande imprensa já divulgava amplamente a ideia de que as reformas urbanas, encerradas no ano anterior, haviam provocado o recrudescimento da crise habitacional. O interessante é que a idealização dos moradores dos morros presente em tal citação (“pobrezinhos”) reapareceu no dia 4 de junho de 1907, em outra matéria de primeira página do *Correio da Manhã*, agora tratando especificamente do morro da Favela: “é desse refúgio, onde fo[ram] – escorraçado[s] da cidade baixa e habitável – procurar uma furna em que se abrigue a si e a seus filhinhos das intempéries e soalheiras, que os pobres operários se vêem agora violentamente enxotados”.²¹ Apesar do discurso mais tolerante com os moradores do morro da Favela, o redator não chegava propriamente a discordar do objetivo de demolir tais moradias:

O Morro da Favela precisa ser saneado e, pois, o diretor da Saúde Pública, sem atentar em mais nada que não seja essa necessidade urgente, só agora percebida, desliza a pena num gesto severo de individualista e manda que se

¹⁸ No morro da Favela. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 de junho de 1907.

¹⁹ Ver: PERDIGÃO, Sérgio. *Do cortiço à favela*. História da construção da identidade da habitação popular na cidade do Rio de Janeiro (1900-1930). Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 1999.

²⁰ O morro da Babilônia. *Correio da Manhã*, 02 de junho de 1907.

²¹ Idem.

intimem todos os moradores para que, no prazo de 10 dias, a findar em 10 do corrente, se mudem.²²

De um lado, o redator defendia que o morro precisava ser “saneado”; de outro, ironizava o fato de que Oswaldo Cruz se apercebera disso de repente, dando à questão caráter de urgência. Ou seja, o que o redator criticava não era exatamente o objetivo de expulsar os moradores do morro da Favela, mas a forma com que a prefeitura tentava concretizá-la. Em outras palavras, o comunicador contestava o pouco tempo que os moradores teriam para deixar suas casas e não o pensamento de que essas construções deveriam mesmo ser derrubadas. A opinião do *Correio da Manhã* era a de que Oswaldo Cruz poderia ter dado um “prazo 10 vezes mais longo” aos habitantes da colina, considerando-se que o médico passara muitos anos sem “perceber essa necessidade”.

Agora podemos entender claramente o sentido do texto, que, apesar de toda condescendência em relação aos trabalhadores, era encerrado com a afirmação deque o morro da Favela “*precisa[va]*” e “*deve[ria]*” ser “saneado”.²³ Apesar de terem continuado a abordar o episódio da ordem de despejo dos moradores do morro da Favela – através de reportagens e charges –, os órgãos de comunicação evitaram mencionar a atitude de tais pessoas frente a esse processo. Um dia após o vencimento da data estipulada pelo governo, o *Correio da Manhã* publicou uma pequena nota, porém significativa: “*Depois de ouvir as justas ponderações apresentadas [pelos] intendentes, o dr. Oswaldo Cruz resolveu prorrogar o prazo marcado em mais 40 dias, a fim dos pobres que residem no morro da Favela procurarem novas habitações*”.²⁴ Note-se que, nessa conjuntura, os moradores do morro eram chamados de “pobres” pela grande imprensa, que deixava de lado adjetivos como assassinos ou facínoras, como era habitual em suas páginas. De qualquer forma, o mais relevante é perceber que a prorrogação do prazo foi colocada como uma justa concessão dos poderosos – e não como resultado da resistência dos habitantes da colina.

A revista *O Malho* repetiu a fórmula verificada acima: “*Foi concedida a dilatação de prazo por 40 dias, graças a intervenções piedosas e generosas*”.²⁵ Apenas no dia 29 de junho a grande imprensa deu uma pista sobre a atitude da população do morro da Favela, através de uma charge que mostrava os problemas que supostamente povoavam a cabeça do prefeito. O texto que acompanhava a imagem dizia:

Corte transversal da cabeça do Sr. Prefeito.

Neste momento solene, S. Ex. é todo empréstimo de dez milhões, bonds, força elétrica, teatro bendegó municipal, com o morro e a gente da Favela por

²² Idem.

²³ *idem*.

²⁴ Morro da Favela. Mais 40 dias. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1907.

²⁵ Crônica. *O Malho*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1907.

cima e por baixo.

O Sr. General Aguiar tem a cabeça cheia de muito mais coisas, mas só estas lhe dão que pensar... três anos e tantos...

Cristo sofreu mais e a culpa não foi nossa...²⁶

Ao que parece, os habitantes do morro da Favela estavam fazendo o prefeito sofrer... Se eles estavam “por cima” é porque os mesmos ainda não haviam se mudado. Encontrando-se também “por baixo”, não seria exagerado supor que os mesmos devem ter descido o morro para protestar. Juntemos ao texto dessa charge os outros indícios verificados neste trabalho: a repentina mudança de abordagem do *Correio da Manhã* em relação aos moradores das favelas e, mais especificamente, do morro situado na região portuária; a insistência em colocar a prorrogação do prazo para a remoção de tais pessoas como uma concessão generosa do Estado; e, por fim, o silêncio de importantes jornais que apoiavam abertamente o governo nesse contexto – como o *Jornal do Commercio* e o *Paiz*. Tudo isso seria o suficiente para nos convencer de que a população da colina teria resistido à ordem de despejo proferida por Oswaldo Cruz?

Somente no dia 4 de dezembro de 1909 a tentativa de remoção dos moradores do morro da Favela foi tratada de forma mais clara na grande imprensa: “Um diretor da Saúde Pública, o Dr. Oswaldo Cruz, pretendeu arrasar a um desses bairros [a Favela], mas os seus habitantes desceram, amotinados, para as redações e a imprensa, ou uma parte dela, clamou que se queria destruir o asilo dos pobres deixando-os sem teto”.²⁷ Ou seja, apesar da tentativa sistemática dos jornais e das revistas no sentido de estigmatizar os padrões comportamentais dos populares, havia um forte movimento de resistência, que chegava inclusive a utilizar as armas do próprio “inimigo” – o poder de pressão da grande imprensa – para garantir os seus objetivos. Lutando pelo direito à cidade, os moradores do morro da Favela foram às ruas “amotinados” – o que significa dizer organizados – e pressionaram certos jornais a ampararem sua causa. Essa população deve ter percebido uma brecha no discurso excludente promovido pelos periódicos cariocas, dentro da qual poderia agir. Conforme lemos, uma parte da imprensa “clamou que se queria destruir o asilo dos pobres deixando-os sem teto”. Em outras palavras, dentro da ação reguladora da grande imprensa, existia um discurso mais condescendente com os moradores das favelas cariocas. Como as grandes demolições de habitações populares realizadas durante as reformas urbanas de Pereira Passos e Rodrigues Alves haviam recrudescido a crise habitacional e o processo de favelização dos morros da cidade, os repórteres foram obrigados a desenvolver um discurso alternativo e mais tolerante com os moradores das favelas. Em 1905, na revista *Renascença*, o engenheiro da prefeitura Everardo Backheuser apontara para os “operários laboriosos que a falta

²⁶Engenharia humana. *O Malho*, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1907.

²⁷O Rio Desconhecido – A Favela. *Careta*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1909.

ou *carestia dos cômodos atira para esses lugares altos*” – cuja “viração” chegaria a “dulcificar” as suas moradias, distinguidas pela “rudeza”.²⁸

O novo limite de quarenta dias estipulado por Oswaldo Cruz – um gesto benevolente, à altura de seu nome – dava a impressão de que era o governo quem estava dando as cartas do jogo e, ainda por cima, de maneira mais justa. Possivelmente em virtude da ação incisiva da população do morro da Favela, depois de vencido o último prazo para a sua debandada, os principais órgãos de comunicação da cidade não tocaram mais no assunto.²⁹ Acatamos aqui o comentário de Thompson, segundo o qual é necessário redimensionar o conceito de hegemonia, despindo-o de uma perspectiva imobilista da história, tendo em vista que dentro e fora do âmbito da hegemonia da classe dominante podemos detectar “*inumeráveis contextos e situações nos quais os homens e mulheres, ao enfrentarem as necessidades de sua existência, elaboram seus próprios valores e criam uma cultura própria, intrínseca a seu próprio modo de vida*”.³⁰ No entanto, recorrer a essa proposição não significa o reproduzir o *populismo*³¹ de relativizar o poder dos setores sociais que comandam a grande imprensa, cuja influência atua como uma força significativa no sentido de construir consensos ao nível da sociedade civil.

Para concluir, vale ressaltar a atualidade da história contada neste texto. O prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, facilitou legalmente as remoções por meio do decreto 32081 de 07/04/2010, que permite ações de acesso e desapropriação de imóveis normalmente vetadas pela legislação ordinária. Se não bastasse, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, lançou o programa “Morar Seguro”, que também regulamenta as remoções a médio e longo prazo, por meio do decreto 42406 de 13/04/2010. De acordo com os subestimados dados levantados pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas em 2014, 4.772 famílias haviam sido removidas na cidade do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 16.700 pessoas de 29 comunidades mapeadas em tal dossiê. Dessas, 3.507 famílias, 12.275 pessoas de 24 comunidades, tinham sido removidas por obras e projetos ligados diretamente aos megaeventos esportivos. Outras 4.916 famílias de 16 comunidades estavam sob a ameaça de remoção.³² Desde o Fórum Social Urbano, em março de 2010, as iniciativas de resistência ganharam densidade. Movimentos

²⁸ BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. *Renascença*, Rio de Janeiro, n. 13, março de 1905.

²⁹ É possível que, ao longo de 1907, certos moradores (embora poucos) tenham sido obrigados a abandonar o morro da Favela, conforme supõe uma charge publicada em outubro do mesmo ano. Preso por ter cão. *Tribuna*, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1907.

³⁰ THOMPSON, E.P. Folklore, antropologia y historia social. *Entrepassados*, Buenos Aires, n.2, 1992. p.82.

³¹ Segundo Bourdieu, o populismo, apesar da preocupação de reabilitar, pode tomar a forma de um relativismo que anula os efeitos da dominação. Ver: BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

³² COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

sociais, ONGs, instituições acadêmicas, lideranças populares e moradores de favelas atingidas pelas ações da Prefeitura têm se mobilizado contra o modelo empresarial de política urbana implantado no Rio de Janeiro, segundo o qual a cidade é a mercadoria.³³

Este artigo mostrou que a luta pelo direito à cidade empreendida pelos moradores das favelas cariocas é bastante antiga – e que a Primeira República é um período que tem muito a contribuir para o entendimento de uma tradição de resistência relacionada com a moradia popular no Rio de Janeiro. Esse objetivo certamente se coaduna com a afirmação Bourdieu, de que “*Aquilo com que nós pesquisadores poderíamos sonhar é que uma parte de nossas pesquisas pudesse ser útil ao movimento social, em vez de perder-se*”.³⁴

Artigo recebido em 25.8.2015

Aprovado em 7.10.2015

³³ Essa perspectiva é detalhada nos textos que compõem o livro: MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 78-9.